

**O exercício da medicina em regime de acumulação de funções públicas e privadas: Um estudo empírico sobre as motivações, valores e conflitos de interesses no sistema de saúde português**Carlota Quintal¹, Carlos Gante²¹ CEISUC, FEUC, Universidade de Coimbra, Coimbra, PORTUGAL² Administração, Hospitais da Universidade de Coimbra, Coimbra, PORTUGALContact: qcarlota@fe.uc.pt

Objectivos (Objectives): O exercício da medicina em regime de acumulação de funções públicas e privadas é uma prática comum na maior parte dos países. Em Portugal, o pluriemprego médico, não está suficientemente estudado. No entanto, é sistematicamente alvo de discussão e controvérsia, sempre que se aproximam reformas no sector da saúde ou alterações no estatuto jurídico das carreiras profissionais. Partindo do conhecimento recolhido na literatura internacional e do nosso sistema de saúde este estudo pretende compreender, na perspectiva dos médicos que acumulam simultaneamente funções públicas e privadas, as motivações, os valores e os conflitos de interesses presentes neste fenómeno, bem como, a sua opinião sobre consequências decorrentes desta forma peculiar de pluriemprego e possíveis medidas de regulação.

Metodologia (Methodology): Para alcançar os objectivos propostos foi desenvolvido um questionário constituído por duas partes: a secção I relativa a dados pessoais e situação profissional; e a secção II onde foi solicitado aos respondentes que indicassem o seu grau de concordância (escala de Likert com 5 níveis) relativamente a 37 afirmações. Na secção II do questionário foi ainda solicitado aos respondentes que ordenassem por nível de importância cinco tipos de motivação. O questionário foi administrado a uma amostra de 300 profissionais (médicos) em regime de acumulação de funções nos sectores público e privado.

Resultados (Results): À data da submissão do resumo está ainda em curso a fase de recolha de dados, tendo sido já recebidos 80 questionários preenchidos. Em média os respondentes têm vínculo com o sector público há 21.4 anos e acumulam há 16.8 anos. Em termos de horas de trabalho semanais, a média é de 35.6 para o sector público e 15.3 para o privado. O trabalho autónomo é predominante no sector privado (83.5%). A análise exploratória de dados e da consistência interna (Alpha de Cronbach) sugerem o agrupamento de 20 afirmações relacionadas com as motivações em 6 dimensões. Obteve-se um nível alto de concordância para a motivação económica ao mesmo tempo que os respondentes concordam que o sector público oferece melhores condições de formação e acesso à inovação. O prestígio é visto como um factor de atracção de doentes no sector privado. Embora com menor intensidade, os respondentes concordam que desfrutam de maior autonomia no sector privado e discordam (nível médio de 2.9) que a dupla actividade lhes confere vantagens competitivas e estratégicas. Trabalhar simultaneamente nos sectores público e privado é visto como um direito inalienável e não se admite a possibilidade de renúncia ao sector público. É de registar o nível de concordância elevado (4.1) com a afirmação: "Se tivesse incentivos monetários no sector público deixava a prática privada". Os respondentes concordam moderadamente (3.8) que a maioria dos profissionais tem uma conduta honesta e talvez por essa razão concordam pouco (3.5) sobre a necessidade de um código de conduta para regular as situações de pluriemprego. Os benefícios do pluriemprego pelo aumento da oferta de serviços e possibilidades de escolha são reconhecidos até certo ponto (3.6; 3.8) enquanto os efeitos negativos como a desnatação de doentes e fomento de listas de espera não o são (1.9; 2.1). Na ordenação das motivações por nível de importância, a motivação económica obteve a classificação média mais alta (em 58.8% dos casos aparece como a mais importante). A classificação média mais baixa foi registada para o motivo de posicionamento estratégico (para 51.9% este é o menos importante). A autonomia no sector privado surge em segundo lugar, seguida das oportunidades profissionais e estatuto/reconhecimento.

Conclusões (Conclusions): Desta análise sobressai o peso da motivação económica para desempenhar funções no sector privado mas também a indisponibilidade para renunciar ao sector público.